Registro: 2024.0000158452

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Direta de Inconstitucionalidade nº 2262392-55.2023.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL), é réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "INDEFERIRAM O PEDIDO DE RETIRADA DO PROCESSO DE PAUTA E JULGARAM EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FERNANDO TORRES GARCIA (Presidente), FIGUEIREDO GONÇALVES, COSTABILE E SOLIMENE, LUIS FERNANDO NISHI, DÉCIO NOTARANGELI, MARCIA DALLA DÉA BARONE, TASSO DUARTE DE MELO, SILVIA ROCHA, NUEVO CAMPOS, MELO BUENO, GOMES VARJÃO, PAULO AYROSA, EUVALDO CHAIB, OSWALDO LUIZ PALU, PAULO ALCIDES, FLAVIO ABRAMOVICI, BERETTA DA SILVEIRA, FRANCISCO LOUREIRO, XAVIER DE AQUINO, ADEMIR BENEDITO, CAMPOS MELLO, VIANNA COTRIM, FÁBIO GOUVÊA E MATHEUS FONTES.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

RICARDO DIP

RELATOR

Assinatura Eletrônica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**Órgão Especial****Ação Direta de Inconstitucionalidade****Processo 2262392-55.2023.8.26.0000**

Relator: Des. Ricardo Dip (Voto 61.986)

Requerente: Diretório Municipal de Santo André do Partido Socialismo e Liberdade -Psol

Requerida: Câmara Municipal de Santo André

Interessado: Prefeito do Município de Santo André

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AJUIZAMENTO POR DIRETÓRIO MUNICIPAL DE PARTIDO POLÍTICO. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM ARGUIDA NAS INFORMAÇÕES. INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA COMPROVAR SUA LEGITIMIDADE. INÉRCIA DO REQUERENTE.

- **Adotando um paralelismo com o entendimento firmado pelo STF, tem este Órgão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo compreendido a norma do inciso VI do art. 90 da Constituição paulista de sorte a reconhecer que apenas o diretório estadual de partidos políticos com representação na Assembleia legislativa, ou, quando o caso, em câmara municipal, possui legitimidade para a propositura da ação direta de constitucionalidade.**

- **Caso em que, suscitada a ilegitimidade, o autor, intimado, não comprovou sua representação na Câmara de Vereadores de Santo André.**

Extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do inciso VI do art. 485 do Código de processo civil.

RELATÓRIO:

O Diretório Municipal de Santo André do Partido

Socialismo e Liberdade -Psol ajuizou ação direta de inconstitucionalidade com o objetivo de, assim como a demanda proposta dias antes pelo Prefeito do Município andreense -ADI 2254531-18.2023.8.26.0000-, declarar-se a invalidade da Lei municipal de Santo André 10.702, de 4 de setembro de 2023, que assim dispõe:

«Art. 1º Fica proibida a instituição de qualquer política pública pelos órgãos da administração pública direta, indireta ou autarquias do Município de Santo André que incentive ou promova a prática do aborto, mesmos aqueles descritos no art. 128 e seus incisos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Art. 2º É proibido à Administração Pública Municipal direta, indireta ou autárquica promover campanhas ou manifestações que incentivem, instiguem ou estimulem a prática de qualquer tipo de interrupção de gravidez.

Art. 3º O agente público que descumprir a legislação terá processo administrativo disciplinar aberto contra si para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade proporcional.

*Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Santo André, 4 de setembro de 2023, 470º ano da fundação da cidade.»*

O pleito amparou-se em apontados vícios de inconstitucionalidade formal e material, avistando-se a incompatibilidade da norma por agitada (i) usurpação da competência do Executivo local para legislar sobre regime dos servidores públicos -arts. 61, § 1º, inciso II, alínea c, e 2º, da Constituição federal, e 25 da

Constituição do Estado de São Paulo; (ii) violação do pacto federativo – arts. 30, incisos I e II, e 198 da mesma Constituição federal, e 5º e 144 da Constituição paulista; (iii) contrariedade dos arts. 223 e 224 da Constituição bandeirante; e (iv) inadequação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia.

Deferiu-se, liminarmente, em parte, tutela suspensiva da eficácia dos termos « *ou promova* » no art. 1º da referida Lei 10.702/2023, bem como de seu art. 3º.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santo André prestou informações, arguindo, em preliminar, a irregularidade da representação processual da autora, e, quanto ao mérito, sustentou a constitucionalidade da lei impugnada (e-págs. 75-94).

A douta Procuradoria-Geral de Justiça opinou pelo acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva e, na questão de fundo, pela procedência da ação (e-págs. 431-9).

Intimou-se o requerente para comprovar, em cinco dias, a regularidade de sua legitimação para a demanda (e-págs. 441-2), prazo que transcorreu sem sua manifestação (e-pág. 444).

É o relatório do necessário.

VOTO:

1. Há um pedido do demandante –Diretório Municipal de Santo André do Partido Socialismo e Liberdade– de que a presente ação se julgue em conjunto com outra, que tem o mesmo objetivo desta.

A meu ver, entretanto, não há motivo para atender a essa solicitação, uma vez que cabe reconhecer a ilegitimidade ativa do requerente para a propositura desta demanda.

2. Nos termos do inciso VIII do art. 103 da Constituição federal, somente «*partido político com representação no Congresso Nacional*» pode propor a ação direta de inconstitucionalidade.

Apreciando o tema, solidou-se no STF o entendimento de que, embora seja municipal ou estadual o ato normativo impugnado, a legitimidade para a propositura se restringe ao diretório nacional:

«- 1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, **nas ações de controle concentrado, a legitimidade ativa se circunscreve ao diretório nacional do partido político**, o que afasta a legitimidade ativa ad causam do órgão municipal da agremiação partidária. Precedentes 2. É inadmissível a ADPF quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a suposta lesividade a preceito fundamental, em razão da subsidiariedade pela qual se rege este meio processual. Precedentes. 3. Agravo que se nega provimento (AgR na ADPF 340, j. 5-4-2019- os destaques não estão no original)

- A jurisprudência desta Corte se consolidou no sentido de que **o partido político deve estar representado por seu Diretório Nacional**, exclusivamente, a fim de configurar a pertinência subjetiva para propositura das ações de controle concentrado diante o Supremo Tribunal Federal, ainda que o objeto impugnado tenha sua amplitude normativa limitada ao Estado ou Município do qual se originou» (decisão monocrática na ADI 5697, j. 28-11-2017 -negritos nossos).

3. Dispôs a Constituição do Estado de São Paulo:

«Art. 90 - São partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estaduais ou municipais, contestados em face desta Constituição ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio desta Constituição, no âmbito de seu interesse:

I - o Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa;

II - o Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal;

III - o Procurador-Geral de Justiça;

IV - o Conselho da Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil;

V - as entidades sindicais ou de classe, de atuação estadual ou municipal, demonstrando seu interesse jurídico no caso;

VI - **os partidos políticos** com representação na Assembleia Legislativa, ou, **em se tratando de lei ou ato normativo municipais, na respectiva Câmara** » (os negritos não estão no original).

Em sintonia com o entendimento firmado pelo

STF, tem este Órgão especial, compreendendo o sentido normativo do previsto no inciso VI do art. 90 da Constituição bandeirante, reconhecido que apenas o **diretório estadual de partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa ou em câmara municipal** possui legitimidade para a propositura da ação direta de constitucionalidade:

- «AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – propositura por diretório municipal de partido político – ilegitimidade ativa ad causam arguida nas informações e corroborada pela PGJ – compreensão de que **somente diretório estadual** de partido político com representação na Assembleia Legislativa ou em Câmara Municipal tem legitimidade para impugnar ato normativo, seja estadual ou municipal, em face da Constituição Estadual – paralelismo do art. 90, VI, da CE, com o art. 103, VIII, da CF – jurisprudência do STF e deste Órgão Especial – preclusão do direito de aditamento da petição inicial para correção do vício de legitimidade após a requisição de informações às autoridades rés – informações já prestadas na hipótese – processo já em sua fase final – compreensão do STF e deste OE – ação julgada extinta sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC (ADI 2281286-16.2022 -Rel. Des. VICO MAÑAS, j. 2-8-2023 -o negrito não está no original).

- «Ação direta de inconstitucionalidade - Emenda nº 45 da Lei Orgânica de Catanduva, que alterou o caput do artigo 10 e revogou os parágrafos 3º, 4º e 5º, do mesmo artigo 10, e do consequente Decreto Legislativo nº 05/2023, que dispõe sobre a fixação do número de vereadores da Câmara Municipal de Catanduva, para a Legislatura 2025/2028 - Alegação de violação aos artigos 1º, 4º, 111 e 144 da Constituição Estadual. - Ação proposta por diretório municipal de partido político - Partido político

tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, **desde que seja representado pelo diretório regional e comprove sua representatividade na Assembleia Legislativa ou na Câmara Municipal**, conforme o caso (Constituição Estadual, art. 90, inc. VI) - Ilegitimidade ativa - Extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 330, inc. II, e 485, inc. VI, do Código de Processo Civil» (ADI 2114190-39.2023 -Rel. Des. SILVIA ROCHA, j. 28-6-2023 -negritos nossos).

- «AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Complementar Municipal de Tatuí n.º 34/21, que institui a taxa de coleta, remoção e destinação do lixo. ADI proposta pelo diretório municipal de partido político. Inadmissibilidade. **Legitimidade exclusiva dos diretórios estaduais.** Inteligência do art. 90, inc. VI, da Constituição Estadual. Princípio da simetria. Doutrina. Precedentes deste C. Órgão Especial. Extinção. Necessidade. Inteligência do art. 485, inc. VI, do NCPC. Processo extinto» (ADI 2297143-39.2021 -Rel. Des. TASSO DUARTE DE MELO; j. 24-8-2022 - negritos não estão no original).

- «Ação Direta de Inconstitucionalidade. Município de Piracicaba. Ação proposta pelo Diretório Municipal de Piracicaba do Partido Político Avante Piracicaba aduzindo a inconstitucionalidade da Lei n.º 8.865, de 16 de março de 2018, do município de Piracicaba, por vício de iniciativa, infringindo o disposto no artigo 24, § 2º, IV, c/c artigo 144 caput, da Constituição Estadual, e art. 117, § 2º, da Lei Orgânica de Piracicaba. **Legitimidade ativa de partido político, consoante o disposto no art. 90, VI da Constituição do Estado é restrita a seu diretório estadual.** Ilegitimidade ativa. Precedentes. Ação extinta, sem resolução do mérito » (ADI 2110082-35.2021 -Rel. Des. DAMIÃO COGAN, j. 15-6-2022 -destaques nossos).

- «AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI Nº 17.576/2021, DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO CRIAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROPOSITURA POR DIRETÓRIO MUNICIPAL DE PARTIDO POLÍTICO ILEGITIMIDADE ATIVA PROCESSO EXTINTO. Condições da Ação. Legitimidade Ativa. Somente o diretório estadual de partido político possui legitimidade para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, independentemente de a lei impugnada ser municipal ou estadual (art. 90, VI, da Constituição Estadual e art. 103 da Constituição Federal). Em sendo a lei impugnada municipal, exige-se, em acréscimo, que possua representação no Poder Legislativo local. **Ação ajuizada pelo diretório municipal de partido político.** Inadmissibilidade. Precedentes do Órgão Especial e do STF. **Ilegitimidade ativa ad causam.** Preliminar acolhida. Processo extinto, sem resolução do mérito » (ADI 2168256-37.2021.8.26.0000 – Rel. Des. DÉCIO NOTARANGELI; j. 15-6-2022; os negritos não estão no original).

Tal se verifica dos autos, **embora intimado para comprovar sua legitimidade ad causam , o autor deixou transcorrer, sem manifestação, o prazo que lhe foi a tanto assinado** (cf. certidão de e-pág. 444).

POSTO ISSO, pelo meu voto, indefere-se o pedido de retirada do processo de pauta e julga-se extinta a presente demanda, sem apreciação de mérito, com fundamento no inciso VI do art. 485 do Código de processo civil.

É como voto.

Des. Ricardo Dip -relator